

A GAZETA DE NOTÍCIAS NA PRIMEIRA ELEIÇÃO DIRETA.

Rio de Janeiro - 1881

Alexandra do Nascimento Aguiar¹

RESUMO:

Em 1881 a reforma eleitoral extinguiu o voto em dois graus que passaria a ser direto como nos dias atuais. Porém, a renovação do processo eleitoral retirou o direito de voto dos analfabetos e excluiu 99% dos brasileiros que participavam como votantes nas eleições. Mesmo sendo excludente, a Lei Saraiva, como a reforma se tornou conhecida, atraiu expectativas de renovação política tanto por parte de eleitores como de candidatos. Este artigo visa recriar as visões sobre a campanha para a primeira eleição direta, tendo como recorte espacial a cidade do Rio de Janeiro, através do jornal *Gazeta de Notícias* e das opiniões dos leitores que se tornaram os eleitores privilegiados nessa eleição.

Palavras-chave: eleição direta; campanha eleitoral; jornal *Gazeta de Notícias*.

ABSTRACT:

Electoral reform in 1881 abolished the vote in two grades which would be direct as in the present day. However, the renewal of the electoral process removed the voting rights of the illiterate and excluded 99% of Brazilians who participated as voters in elections. Even being exclusionary, the Saraiva Law, as the reform became known, attracted renewed expectations of policy by both voters and candidates. This article aims to recreate the views on the campaign for the first direct election, focusing on spatial Rio de Janeiro, through the newspaper *Gazeta News* and views from readers who have become privileged voters in this election.

Key-words: direct election; election campaign; *Gazeta de Notícias* newspaper.

Em 1882, o jornal *Gazeta de Notícias*¹ publicou o conto “A sereníssima república”, escrito por Machado de Assis. Nele, o personagem cônego Vargas descreve a organização de uma sociedade de aranhas e as frequentes revisões no sistema eleitoral com o objetivo de garantir a lisura da representação política no governo imaginário. Não por acaso, o conto é contextualizado a partir de 1876, quando havia sido aprovada a Lei do Terço, e publicado um ano após a reforma eleitoral que estabeleceu a eleição direta no Brasil. O conto apresenta uma crítica à relação da sociedade com a

¹ Mestre em História Social – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: ale13aguiar@yahoo.com.br

representação política, assim como no país real, a República de aranhas tentava corrigir o sistema eleitoral através de modificações do seu formato. Entretanto, as alterações eram superficiais, apenas demonstravam a não percepção da política pela sociedade como algo maior do que a satisfação de interesses pessoais ou de grupos e a carência de ideologias de seus candidatos e partidos.

No último quartel do século XIX teve início intensa propaganda pela implantação da eleição em único grau ou eleição direta no Brasil, sob o argumento de moralizar o processo eleitoral e tornar legítima a representatividade no poder. Contudo, tal aspiração se afastava da tendência em muitos países europeus de ampliar a participação política e importava a seleção do eleitorado através da exclusão das camadas pobres, culpabilizadas como instrumentos para as fraudes eleitorais promovidas pelos chefes políticos regionais e nacionais. Durante a década de 1860, agentes políticos embasaram a idéia de eleição direta na necessidade de restringir o direito de voto àqueles que fossem aptos ao exercício político pela independência econômica e intelectual. A renda anual exigida pela Constituição de 1824 era possível para muitos, equivalia “à pensão de um estudante rico, a um luxuoso vestido de seda ou dez pares de calçados ingleses” (CAVANI, 2007), permitindo a incorporação de grande parcela da população ao sistema político.

Cabe lembrar que as eleições durante o Segundo Reinado sempre foram marcadas por fraudes e acompanhadas por atos de violência, desmoralizando o sistema político no Brasil. A frequência desse cenário nas eleições de primeiro grau, em que o comparecimento às urnas estava ligado à obediência ao chefe político local, levou a identificação dos votantes como o problema do sistema representativo. Sob argumento de moralizar as eleições e garantir as minorias, foram realizadas reformas e construídos discursos que viam na existência do votante o mal a ser expurgado. Até que, na década de 1870, tal idéia ganhou proporção de reivindicação e em 1881, seguindo na contramão do alargamento eleitoral que ocorria na Europa desde a primeira metade do dezenove, foi aprovada a Lei Saraiva que restringiu a participação eleitoral a 1% da população brasileira.

Este artigo tem como objetivo reconstituir o ambiente criado pela campanha eleitoral no Rio de Janeiro, sede política e vitrine do Império, durante a primeira eleição direta no país. Com esse objetivo será utilizado como fonte o periódico *Gazeta de Notícias*, jornal de grande destaque da época, que expôs as inquietações sobre o futuro político da nação naquele momento. A partir dele serão enfocadas a dinâmica da campanha eleitoral promovida pelos candidatos a deputado pelo Município Neutro e a repercussão do Decreto nº 3029 de 9 de Janeiro de 1881, conhecido como Lei Saraiva, entre a população.

Em janeiro de 1881, o jornal *Gazeta de Notícias* publicou o discurso de apresentação da reforma eleitoral, promovida sob o gabinete de Jose Antonio Saraiva. Segundo o relator da comissão, Martinho Campos, a eleição direta constituía o desejo da nação de “sanar e impedir o falseamento do voto popular, assegurando sua livre manifestação nos comícios eleitorais”. Entre as modificações trazidas pela Lei Saraiva, foram ressaltadas as medidas que protegeriam a representação nacional como a ampliação da lista de incompatibilidades eleitorais e parlamentares e a definição dos delitos eleitorais e penalidades com o objetivo de reprimir as fraudes². Ainda no primeiro semestre de 1881, a Assembléia seria dissolvida para dar lugar a experiência eleitoral, da qual era esperada espontaneidade e lisura durante o processo que resultaria na nova Câmara.

Pode-se definir campanha eleitoral como o conjunto de ações e manobras realizado pelos partidos, durante um período pré-determinado, para arregimentar o maior número de eleitores, tendo como objetivo a participação no poder ou a influência sobre quem o detém. Para os partidos, conseguir o poder ou se eleger significa ter o controle, de forma legítima, sobre as instituições, servir-se dos instrumentos que compõem o poder do Estado como a segurança pública, a legislação e os recursos financeiros visando preservar uma ordem ou transformá-la de acordo com os interesses dos grupos que os integram (BOURDIEU, 2004).

No período de campanhas as atividades cotidianas não relacionadas à política são interrompidas pelos candidatos que passam a focar exclusivamente aquelas relativas à eleição, a campanha delimita o tempo político e visa atrair eleitores. Para

isso, além de propostas, os candidatos oferecem a si próprios através de seu passado e de sua biografia política e social. Ao traçarem seu próprio perfil, os candidatos objetivam alcançar o reconhecimento sob dois aspectos: ser identificado como alguém já conhecido e legitimado por sua atuação anterior (SCOTTO, 1996).

O início da campanha de 1881 foi marcado pelo aparecimento de circulares eleitorais produzidas a partir do mês de julho. Tais circulares eram publicadas nos periódicos ou escritas como cartas enviadas especificamente à alguém influente, àqueles que ocupavam a mais alta posição social da localidade e poderiam exercer seu poder na obtenção de votos (GRAHAM, 1997). As circulares eleitorais possuíam a função de tornar públicas as principais idéias dos partidos e, ao mesmo tempo, traçavam conexões entre a trajetória política individual e profissional do candidato e o grupo representado por ele. Através das circulares era apresentada a experiência política do candidato e, quando não havia, sua profissão era enfatizada como forma de garantir que repetiria na vida pública o bom desempenho que possuía na vida profissional.

Circulares eleitorais, conferências e *meetings* faziam parte das estratégias políticas organizadas pelos partidos e por candidatos no século XIX, mas as campanhas de rua só chegariam à cidade do Rio de Janeiro nos anos 1860. Cavani situa em Pernambuco, na década de 1840 o início da utilização dos *meetings*, tanto por “praieiros” (os liberais) quanto pelos “gabirus” (os conservadores) nas eleições de 1846, com o mesmo sentido dos comícios atuais. Nas mesmas eleições ainda foi registrado pela imprensa um recurso para a conquista de votos pouco comum na época: o político “gabiru” Barão de Boa Vista “andando pelas ruas a pé, apertando a mão dos pardos e fazendo ‘mesuras’ aos pretos!” (CAVANI, 2007).

A partir do último quartel do século XIX, as conferências e *meetings* ganhariam os espaços públicos da Corte, utilizados tanto pela fileira radical do Partido Liberal surgido em 1869 quanto pelos adeptos do Partido Republicano para a divulgação de idéias. Ambos, influenciados pelo radicalismo francês de François-Jules Simon que combinava a ação junto à opinião pública aos princípios para promover reformas (LYNCH, 2007), passariam a debater publicamente os temas antes restritos ao Parlamento e aos chefes partidários.

Definidas como debates públicos, as conferências passariam a compor a cultura política imperial no Rio de Janeiro e irradiaram para outras províncias, alcançando grande popularidade. A conjuntura política inaugurada em 1868 levou, na década seguinte, liberais e republicanos à uma onda de conferências. O público participante era composto de bacharéis e profissionais liberais insatisfeitos com as limitadas possibilidades de inserção oferecidas tanto na esfera do trabalho como da política. As camadas populares não estavam incluídas entre os ouvintes, compostos, em sua maioria, por jovens e por grupos com educação acima da média (CARVALHO, 2007).

Os *meetings*, reuniões populares nas quais eram discutidas questões de interesse público ou divulgação de programa eleitoral, foram recebidos como renovação na cultura política brasileira. Seu surgimento é atribuído à Gladstone na campanha por reformas eleitorais na Inglaterra durante a primeira metade do século XIX, também sendo utilizado para fins eleitorais na França, posteriormente pelos republicanos em Portugal e pelos abolicionistas norte-americanos (ALONSO, 2002).

Na seção “Folhetim” da *Gazeta de Notícias*, o cronista declarava “sou doido pelos meetings eleitorais” e conferindo a iniciativa da manifestação aos Estados Unidos, afirmava que admirava tanto os candidatos da América do Norte por isso que se pudesse votaria em todos eles. O artigo atribuía aos republicanos paulistas a introdução dos *meetings* no Brasil, comparando o evento à “pura e brilhante claridade do dia” em oposição às promessas particulares e recepções íntimas, “tricas e manejos das trevas” das campanhas anteriores. “É para o candidato uma espécie de ensaio geral, uma prova oral do concurso para o qual a circular serviu de prova escrita, e às vezes colada, como sucede não raro às provas escritas”. E continuava a exaltar os candidatos que utilizavam os *meetings* como cidadãos corajosos por se sujeitarem à avaliação pública, desejando que as candidaturas futuras seguissem o mesmo exemplo³.

À medida que se aproximava o dia marcado para a população ir às urnas, 31 de outubro, a *Gazeta de Notícias* anunciava vários *meetings* e conferências que ocorreriam até mesmo no dia da eleição. No artigo intitulado “Eleições e Meetings” pode ser percebido o ambiente criado pelo evento que havia ocorrido no dia anterior ao pleito:

Desde cedo a população mostrava-se agitada e acudia aos vários pontos da cidade para onde haviam sido anunciados os meetings eleitorais. Havia um rumor surdo pela cidade e afirmava-se que a agitação começara ontem, produzindo efeitos que deveriam perturbar a ordem pública. A polícia tomara providências e patrulhas de militares a cavalo guardavam as entradas das ruas transversais à Rua do Ouvidor (Gazeta de Notícias, 31/10/1881).

O artigo indicava a tensão que antecedia tais acontecimentos públicos, a organização da segurança para reprimir manifestações de violência e desordem esperadas nessas ocasiões de aglomeração e a expectativa popular para o acontecimento. Tratava-se do *meeting* de Lopes Trovão, marcado para as 17 horas na Praça da Constituição (também conhecida como Largo do Rocio, atual Praça Tiradentes), onde já era observada grande concentração de pessoas no local e nas áreas próximas, e descrevia os incidentes após o orador dar início ao discurso:

Pouco depois, um grupo numeroso interrompeu o orador apupando-o, e entraram os que formavam esse grupo a fazer tropelias, aos gritos de ‘Viva a monarquia e fora a república!’ Foi assaltada a mesa sobre a qual se achava o orador e este teve de refugiar-se dentro da grade que cerca a estátua do fundador do Império. Por essa ocasião foram ouvidos disparos de tiros de revolver. (Gazeta de Notícias, 31/10/1881).

A confusão se generalizou e fugiu ao controle dos soldados que ainda contavam com a presença do chefe de polícia e, em vão, davam voltas em torno da praça. O povo corria para as ruas próximas enquanto grupos atacavam incendiando as entradas das tipografias, chegando a colocar fogo em uma delas, situada à Rua São Pedro. Encerrando a matéria, o autor pedia que as autoridades garantissem a segurança das mesas eleitorais e denunciava a omissão da polícia por “não querer ver o que toda a população via, a maior desordem, os ataques individuais, o varejamento das tipografias ao som de tiros de revólveres e ao clarão de papéis incendiados às portas dos estabelecimentos.”⁴

Quintino Bocaiúva, mesmo atuante em *meetings* e elogiado — “foi muito aplaudido e acompanhado por numeroso concurso do povo pela cidade”⁵ —, reduzia a importância do evento definindo-o como ajuntamentos “momentâneos de opiniões abstratas” sem a responsabilidade individual⁶. Os anúncios de várias manifestações

públicas e a multiplicação de circulares eleitorais denotam que houve esforço de campanha mais intenso nesta eleição do que nas anteriores quando os candidatos buscavam, quase exclusivamente, atrair o apoio das influências locais (ALONSO, 2007). É certo que a reforma eleitoral de 1881 não excluiu o “apadrinhamento político”, porém parece possível dizer que às práticas políticas antigas foram acrescidas outras novas na tentativa de convencer e conquistar o eleitorado.

O Sr. Dr. Costa Ferraz e Alberto Brandão, à vista do escândalo com que foram inaugurados os trabalhos eleitorais da paróquia do Espírito Santo, convidam os eleitores do 3º distrito para se reunirem às 5 horas da tarde de hoje, 29, no Largo Estácio de Sá (Gazeta de Notícias, 29/10/1881).

O Sr. Dr. Alberto de Carvalho realizou ontem um meeting eleitoral no Largo de São Francisco de Paula, às 5 horas da tarde. Depois de dirigir a palavra ao povo pelo espaço de quase uma hora, os Srs. Drs. Lopes Trovão e Ferro Cardoso também oraram sobre os motivos do meeting.

Às 6 horas da tarde o Sr. Dr. Henrique Alves de Carvalho fez outro meeting no Saco do Alferes.

Hoje às 5 hora da tarde, o Sr. Dr. Lopes Trovão realizará um meeting no Largo do Rocio e o Sr. Dr. Carlos de Carvalho fará uma conferência no salão do Congresso Ginástico Português” (Gazeta de Notícias, 30/10/1881).

A Lei Saraiva foi comemorada pelos liberais, os responsáveis pela reforma, como o revigoramento das eleições no Brasil, o início de uma época “em que o eleitor pode exercer sua mais elevada função política sem receios dos grandes senhores”⁷. Conseguindo adeptos também entre os conservadores como “inquestionavelmente um triunfo para a nossa causa política. [...] que se traduz em dois fatos de grande alcance social, a independência do eleitor e a libertação do voto”⁸.

A liberdade eleitoral pretendida pela Lei Saraiva foi amplamente utilizada pelos eleitores que desmentiam circulares, expunham problemas deixados pela legislatura anterior e desacreditavam promessas de candidatura. Um artigo escrito sob pseudônimo recomendava que os eleitores votassem em novos nomes e criticava a atuação de conhecidos candidatos como Leôncio de Carvalho: “o que fez de sua influência em São Paulo, para onde atirou seus amigos, a província e o partido que o fizeram ministro e depois deputado? Por que pensa que, dizendo já ter gasto 12 contos de réis, julga que os eleitores da corte se iludem em aceitá-lo?”⁹ No mesmo artigo, o autor afirma que o candidato França Carvalho chegou à deputado na última eleição por amigos e pela

influência do irmão que, no ministério, servia de base à uma oligarquia. Izidro Borges Monteiro e Duque Estrada Teixeira foram acusados de permanecer no poder nos últimos quatro anos sem nada ter feito que beneficiasse a Corte. E completava:

Para eles, o desprezo de que são dignos! Infelizes, que até ao último dia a derrota lhes signifique a reprovação pública. Eles são corrompidos, julgam os outros por si, e pretendem que, abrindo seus salões atapetados, mostrando os espelhos de finas molduras e os custosos quadros que lhes enchem as paredes, fornecendo pão-de-ló, chá, biscoito e a infalível cerveja, tem conseguido votos eleitorais! Que perdidos!” (Gazeta de Notícias, 05/04/1881)

Na carta do leitor intitulada “2º Distrito eleitoral. Mais um candidato”, as críticas aos candidatos se confundiam com as críticas à monarquia. A dissolução da Câmara para pôr em prática a nova lei foi interpretada pelo leitor como um sinal do esgotamento do regime: “vemos que as próximas eleições, se realizarem-se, vão demonstrar que o Império está em via de aniquilamento. Ainda bem. Como se já não bastasse o grande número de solicitadores de votos, apareceu ultimamente um candidato do mar, pescado pelo Sr. Octaviano”. O candidato em questão era Arthur Silveira da Mota, segundo o autor da carta, a Corte havia se tornado vítima daqueles que só buscavam se abarrotar com o dinheiro dos cofres públicos. E Silveira da Mota era um candidato preparado para a “Câmara de aduladores do Imperador”, devia sua carreira política ao fato de ser filho do Senador José Inácio Silveira da Mota, denunciado pelo Sr. Gaspar Martins de “querer ferrar o dente na marmelada do tesouro”¹⁰. E acusava José Silveira da Mota de ter usado sua influência política, durante o ministério Sinimbu, visando conseguir para o filho um lugar na missão à China¹¹

Que digam as sedas que foram vendidas na casa da Notre Dame e riquíssimos vasos chineses também vendidos no Costrejean à rua do Ouvidor, com cujo dinheiro não serve para satisfazer aos credores impacientes, e sirvam de prova os editais que em ausência do grande almirante, forem aplicados afim de impedir-se a prescrição de alguns títulos de dívida” (Gazeta de Notícias, 04/09/1881).

E finalizava afirmando que candidatos como ele serviam apenas para assistir os funerais do Império¹². Silveira da Mota contava com outros eleitores contrários à sua candidatura, como demonstram as publicações assinadas como “Um trabalhador que assinou e que não lhe dá o voto” e “Eleitores artistas”. Ambos o denunciavam por

querer transferir a construção de navios para estaleiros europeus, o que provocaria o desemprego dos trabalhadores dos arsenais da marinha no Rio.

Nobre classe dos artistas, lembrai-vos que o Sr. Arthur Silveira da Mota foi o grande perseguidor da classe operária, denunciando o arsenal de marinha como incapaz de construir obras e aconselhando o governo a que as mandasse fabricar na Europa. A fome dos operários brasileiros responderia alguma comissão lucrativa ao ilustre guerreiro. Artistas eleitores do 2º distrito, tendes o dever de sustentar a honra do vosso nome e da classe a que pertenceis, o Sr. Silveira da Motta é o vosso inimigo confesso, não tem direito aos vossos votos (Gazeta de Notícias, 30/10/1881).

Enquanto os trabalhadores do arsenal da marinha se uniram para censurar a candidatura de Silveira da Mota, funcionários públicos e militares se mobilizaram fazendo campanha para Julio Cesar de Freitas Coutinho. Enviavam cartas para o jornal em apoio aos esforços do candidato pelos funcionários do Estado, elogiando sua atuação no Parlamento durante a legislatura anterior e sua circular para a esta eleição. Sob o pseudônimo de “Alguns operários”, lembravam a empenho do deputado durante os debates da reforma eleitoral para não permitir que excluíssem o direito de voto dos trabalhadores. Por essa razão, faziam propaganda para o “simpático carioca Dr. Julio Cesar de Freitas Coutinho” e publicaram uma comunicação feita em agradecimento à Freitas Coutinho e que lhe foi enviada pelo diretório da União Operária, em junho de 1880:

Exmo. Sr. – O diretório do corpo coletivo – União Operária – representante da classe operária desta Corte, em plena reunião de operários, tomou a resolução de felicitar a V. Ex. pela brilhante atitude no Parlamento na defesa dos direitos da maioria dos seus constituintes, cidadãos operários. O diretório da União Operária, pois, em nome da classe operária, apresenta à V. Ex. seu profundo respeito e sincero reconhecimento. Deus guarde a V. Ex – Ilmo e Exmo Sr. Dr. Julio Cesar de Freitas Coutinho, digno deputado geral.
Rio, 13 junho de 1880
Presidente, Ricardo Rangel dos Santos
Diretor, Luiz Pinto de Aguiar
Secretários, Ponciano de Oliveira e Estevão Roberto da Silva (Gazeta de Notícias, 30/09/1881).

Em “Muitos funcionários públicos”, o autor denunciava a disparidade de condições entre os servidores de outros países e os nacionais, enquanto os primeiros eram respeitados, os brasileiros eram desprestigiados e desestimulados pela escassez de recursos. E frisava que a reforma eleitoral possibilitaria aos servidores mudar a situação votando no candidato que defendia direitos para o funcionalismo como a aposentadoria para todas as classes, inclusive para os empregados da Estrada de Ferro D. Pedro II. Às vésperas da eleição, os militares, com base na mesma circular, também declararam seu voto à Freitas Coutinho, se assinando como “Os oficiais arregimentados”. Argumentavam que o candidato sempre havia atendido aos pedidos da categoria, independente das posições políticas, com educação e gentileza:

Com cavalheirismo e urbanidade que o distinguem e não com arrogância e incivilidade [...] com que alguns dos nossos superiores quando representantes da nação tratam, mesmo em particular, aos subordinados que os procuram para defender os seus direitos ou pedir algum favor. Para falarmos à S. Ex. não teremos necessidade de abotoar a farda, envergar a gravata de couro e tomar a espada (Gazeta de Notícias, 30/09/1881).

Na carta assinada como “Um eleitor do 3º círculo”, nenhum candidato por esse distrito foi poupado. Seu conteúdo iniciava refutando a resposta de José Ferreira Nobre ao artigo publicado no primeiro semestre, “o Sr. Nobre, amigo de si mesmo, tirou de sua pessoa os epítetos de imbecil e parvo e atirou-os sobre nós. Pouco dá quem tanto tem”. E ironizava o candidato “que de nobre, só tem o nome”. Sobre Antonio Eulálio Monteiro, ele dizia “o irrisório seria muito digno representante de beócios”. E continuava a atacar outros candidatos como Alberto Brandão, à quem chamava de “ilustre nulidade agarrado à aba da casaca de Francisco Otaviano” ou Antonio Sena Madureira, candidatura que resumiu apenas com a frase “foi embora, desapareceu, escapou, fugiu”. Encerrou a carta declarando que não voltaria mais a imprensa porque não valia a pena gastar tempo e dinheiro com “ruins defuntos” e que o Município Neutro deveria ter homens notáveis pelo talento, integridade e ilustração como seus representantes¹³. Entretanto, as censuras mais pesadas foram direcionadas à Adolfo Bezerra de Menezes:

Diz-se protegido do Sr. Dantas, mete-se na polícia, pede a nomeação e demissão de subdelegados, de suplentes e até de inspetores de quarteirões, a uns diz que está fraco, a outros que conta certa a sua eleição, a estes promete tudo, àqueles procura comover, dizendo que ficará moralmente morto se não for eleito, que os seus amigos não o abandonem n'este momento solene, que está pobre, que se sacrificou pela política (Gazeta de Notícias, 05/07/1881).

Na carta “Muitos Eleitores”, o autor felicitou o município do Rio de Janeiro pelo vereador ter deixado o cargo após 20 anos de sucessivas reeleições, segundo ele, apoiadas pelo governo e não pelo povo. Bezerra de Menezes foi eleito pela primeira vez em 1861, pelo Partido Liberal, foi reeleito para a legislatura de 1864 – 1868, com intervalo nos anos de 1869 à 1872¹⁴, e retornou de 1873 à 1881, quando se candidatou à deputado. Sobre seu mandato, chamado pelo leitor de “crônica vereança”, recordou que o Rio foi marcado pela estagnação, “o calçamento das ruas não é o melhor possível, a cidade não prima pelo asseio, os fiscais e guardas não primam pela moralidade e rigor no cumprimento dos deveres, as construções não se distinguem pelas condições higienicas”¹⁵.

Somada à lembrança de sua atuação na Câmara Municipal, a Revolta do Vintém ocorrida na Corte no ano anterior ainda pesava negativamente sobre a candidatura de Bezerra de Menezes. Cabe lembrar que ele ocupou a presidência da companhia de carris urbanos e se posicionou contra os revoltosos e ao lado do ministro Afonso Celso, depois apelidado pelo povo de “Afonso Vintém”. A imprensa e muitos parlamentares discordaram de sua política por considerarem que a cobrança deveria ser repassada às companhias de Carris, não aos passageiros (HOLANDA, 1992). Um eleitor, sob o pseudônimo de “São Cristovão”, escreveu:

Votemos no homem que administrou durante muito tempo a Câmara Municipal de tal modo que fugiram dela os Saldanha Marinho, Costa Lima e Christiano Ottoni. Votemos no homem que votou o imposto do vintém e que chamou canalhas aos que deixaram de embarcar nos bondes nessa ocasião (Gazeta de Notícias, 18/10/1881).

O imposto cobrado sobre as passagens de bonde afetou grande parte da população, na Corte as camadas mais pobres seriam as mais prejudicadas, pois incidia sobre cada usuário quantas vezes fosse utilizado. Em dezembro de 1879, cerca de quatro mil pessoas se dirigiram ao Palácio de São Cristovão para entregar ao Imperador Pedro

II uma manifestação, mas foram impedidas. No primeiro dia de 1880, a lei entrou em vigor, a população se revoltou depredando bondes, arrancando trilhos, sem que a polícia conseguisse conter a multidão. A violência persistiu por dias, até que decidiu-se pela revogação do imposto, como a Câmara estava em recesso em janeiro, optou-se simplesmente por não cobrá-lo sob a alegação de resistência da população (HOLANDA, 1992).

Outros leitores também criticavam Bezerra de Menezes por sua omissão durante o episódio. O autor, que se assinava “As vítimas do 1º de Janeiro”, conclamava a todos que não lhe dessem o voto porque havia se calado e, por isso, consentido as mortes ocorridas durante a revolta contra o imposto. E perguntava: “será digno de vossos votos o homem que sendo filho do Ceará tem aniquilado o vosso município com a política de camarilha, deixando a ilustríssima Câmara falida?!” Prosseguia protestando que durante os vinte anos de mandato, Bezerra de Menezes não havia apresentado um programa sério, uma idéia pública e nem sequer era nascido na província do Rio de Janeiro¹⁶.

A imprensa era utilizada como instrumento para repudiar e apoiar candidaturas, assim como estimular nova postura de participação política diante da reforma eleitoral. “Um eleitor da Praia de Santa Luzia” aconselhava que os eleitores procurassem candidatos que fossem até eles e agradecessem o voto, que os eleitores não fossem burros de carga nem testas de ferro daqueles que se diziam chefes, para quem eles só serviam para fazer números. Recomendava que cada eleitor procurasse um candidato e se não soubesse escrever mandasse “fazer sua chapa pelo homem da venda”, não aceitasse as “listas dos ilustres”. Dizia, ainda, “vote cada um por consciência porque se errar, erra por conta própria. Procure homem novo e deixem quem já deu triste cópia de si”¹⁷.

A carta abaixo, assinada como “Um cidadão”, indicava o candidato José Ferreira Nobre como homem íntegro e dedicado, cuja vitória pelo 3º distrito representaria tranquilidade, prosperidade e respeito. O texto tem como finalidade conscientizar os eleitores sobre o significado do voto e a responsabilidade de ir às urnas escolher um representante.

Quando amanhã sairdes de vossas casas com o fim de dardes o voto para eleger um representante do povo do 3º distrito, tomai bem em consideração o que vos diz quem talvez d'aqui a poucas horas deixe de existir, porque o tempo e as ingratidões lhe comeram a vida. Olhai primeiro para vossas mães ou esposas, depois para vossos irmãos ou filhos e depois sai. E quando vos aproximardes da urna que vai conter o vosso voto, não tremais e se vosso braço vacilar é porque com certeza ide dar um voto por considerações pessoais, não olhando nem para a prosperidade d'esta grande nação, nem tão pouco para o vosso passado, presente e futuro do vosso escolhido. Quem sabe se será o vosso escolhido quem levará a fome e a miséria aos vossos irmãos ou filhos?"(Gazeta de Notícias, 30/10/1881).

Poucos dias antes de ocorrer a eleição, a *Gazeta de Notícias* teve boa parte de seu espaço ocupado pela campanha eleitoral com artigos e pequenos avisos de eleitores e aspirantes à deputado. Entre os recados, encontra-se o do preocupado Nabuco, "Peço aos Srs. Eleitores que me fizerem a honra de votar em mim, o obséquio de escrever o meu nome por extenso – Joaquim Aurélio Nabuco de Araujo – para que, pela uniformidade, a votação não dê lugar à dúvidas". Foram registradas recomendações dos eleitores, "Para deputado o industrial Athanagildo Barata Ribeiro. Os industriais honestos e amantes do progresso". Ou alertas sobre quem não deveria ser eleito, "Para deputado, o ateu abolicionista, protegido do Sr. Francisco Otaviano", numa referência a candidatura de Joaquim Nabuco¹⁸. Circulares de candidatos e críticas de eleitores eram publicadas com um dia de diferença, tal mobilização demonstrava o interesse e a participação do eleitorado, o que pode ser exemplificado pela circular do candidato José Pereira Rego e pela resposta do eleitor publicada no dia posterior:

Acendendo ao convite de alguns amigos, e confiando na benevolência dos demais correligionários, apresento-me como candidato a lugar na representação nacional por este distrito. Meus princípios políticos são os do partido a que sempre tenho pertencido, que procurarei realizar, esforçando-me especialmente pelas medidas que assegurem eficaz proteção à indústria nacional (Gazeta de Notícias, 28/10/1881).

Já está em público a circular do Sr. Dr. José Pereira Rego Filho! Já nos estava tardando. S. S. tem a mania das candidaturas a tudo! Isto já é moléstia crônica, a circular de S. S. é tão curta que nos parece um gracejo; entretanto cremos que ela indica o comprimento da votação que S. S. espera ter. Se assim é ainda uma vez veremos sumir-se o seu nome no labirinto da eleição! (Gazeta de Notícias, 29/10/1881).

Não eram apenas as cartas de leitores que faziam críticas sarcásticas aos candidatos e à campanha, os colaboradores do jornal também utilizavam o humor para expor a percepção sobre o momento, como foi demonstrado com a “Oração do eleitor”,

Eleitor nosso, que estais na urna, santificado seja o vosso nome, venha a nós o vosso voto, seja feita a vossa vontade assim na rua como na Câmara; o pão nosso de cada dia dai-nos hoje; perdoai os nossos descuidos assim como nós perdoamos aos nossos descuidados, e livrai-nos, eleitor, dos azares de um segundo escrutínio. Amém. (Gazeta de Notícias, 29/10/1881).

No artigo intitulado “O trabalho ferve”, ficam evidentes as contradições entre as expectativas de renovação criadas com a eleição direta e as arraigadas práticas políticas. O artigo iniciava afirmando que o governo estava em total agitação com os preparativos do “novo prato da culinária administrativa e constitucional”, a eleição direta:

Vê-se que este novo prato eleitoral traz o mesmo molho, comum a todos os manjares do grande hotel que se chama Estado. Este mesmo molho é simplesmente a capoeiragem, traz como rodela de cebola a navalha semi-aberta, impinge por dente de alho um grosso Petrópolis, e se não fora um exagero da fantasia, bem se poderia afirmar que no tal molho à folha de louro, de estilo, substitui e com muita vantagem a flor da gente, da chapa (Gazeta de Notícias, 30/10/1881).

O texto se refere aos atos de violência empregados pelos capangas e que foram registrados durante a campanha, como os confrontos entre capoeiras acontecidos na freguesia do Espírito Santo durante os comícios de Alberto Brandão e Costa Ferraz. Ironizava o incidente ocorrido durante a estréia da reforma eleitoral como “uma certa cor local”, sendo “os votos e as pauladas” a resposta do eleitorado às circulares e aos comícios dos candidatos que por meio deles manifestavam “as idéias que trabalhavam o espírito e as luvas que lhes calçam as mãos [...] as suas opiniões e as suas costas largas”. Para o autor, o episódio refletia a política do país, “sabidamente e petropolicamente governado”, ilustrando a relação, segundo o jornal, que o Estado possuía com o povo, a arraia miúda¹⁹.

O eleitorado surgido da reforma de 1881 deveria ser obrigatoriamente instruído e ter sua identidade ligada à profissão ou à posse de propriedades, pois, além da alfabetização, havia a exigência da comprovação de renda através de criteriosa documentação. Diferente das motivações que levaram às reformas eleitorais em alguns

países europeus, onde a reivindicação havia partido de baixo para cima, ou seja, de trabalhadores à burguesia ou da burguesia em oposição à aristocracia. No Brasil, as reformas se realizaram de cima para baixo, elas foram frutos de acordos que envolviam a aristocracia rural e homens do Estado, atendendo interesses e precauções de ambos, jamais partiram de reivindicações da população, fosse das parcelas instruídas ou analfabetas.

Em torno da aprovação da Lei Saraiva se concentravam os proprietários rurais desejosos de reduzir a mão-de-obra desnecessária, mantida apenas para garantir as eleições primárias. Por parte dos eleitores, muitos nutriam expectativas de que a “nova” eleição significaria oportunidade de renovação da política imperial abrindo a possibilidade do ingresso de novos nomes. Entre aqueles que se candidatavam, alguns viam na reforma a possibilidade de trazer credibilidade para o sistema eleitoral e de serem eleitos pelas idéias que ofereciam ao país.

A campanha eleitoral no Rio de Janeiro apresentou a procura por novo projeto de nação, transformando-se em um veículo para a defesa de reformas em nome da modernização do Império. A eleição direta foi aclamada como primeiro passo para que isso ocorresse, “hoje que o cidadão é eleitor pelo esforço próprio, pela própria posição social, e não pelo favor de arranjos dos grupos políticos, não é mais permitido alguém apresentar-se, hasteando as velhas bandeiras”²⁰. Os candidatos, especialmente do Partido Liberal, anunciavam a reforma eleitoral como a conquista do cidadão de ter sua vontade respeitada através do voto e do direito de escolher os seus representantes. Em contrapartida, eleitores e colaboradores do jornal *Gazeta de Notícias* se mostravam cautelosos diante do quadro que apenas oferecia nomes já conhecidos sob novo formato.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento: a geração 1870 e a crise do Império*. São Paulo: Paz e Terra/ANPOCS, 2002.

_____. *Joaquim Nabuco*. Perfis brasileiros. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

CARVALHO, José Murilo de. “As conferências radicais do Rio de Janeiro: novo espaço de debate”. In: Nação e cidadania no Império: novos horizontes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CAVANI, Suzana. “Às urnas!”. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Nº 26, p. 56-59, Nov. 2007.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no século XIX*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

HOLANDA, Sergio Buarque. *O Brasil Monárquico: declínio e queda do Império*. Vol. 6. Bertrand Brasil, 1992.

LYNCH, Christian Edward Cyril. *O Momento monarquiano*. O poder moderador e o pensamento político imperial. Tese de doutorado. IUPERJ, 2007.

SCOTTO, Gabriela. “Campanha de rua, candidatos e biografias”. In: Palmeira, M.; Goldman, M.. (Org.). *Antropologia, voto e representação política*. 1 ed. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996.

NOTAS

¹ Ver: <http://www.machadodeassis.org.br>.

² *Gazeta de Notícias*, 10/01/1881.

³ *Gazeta de Notícias*, 30/10/1881

⁴ *Gazeta de Notícias*, 31/10/1881.

⁵ Meeting no Congresso Ginástico Português, *Gazeta de Notícias*, 30/10/1881.

⁶ FBN, Apresentação do candidato escolhido pelos eleitores republicanos em assembléia geral do partido a 15 de agosto de 1881.

⁷ FBN, Adolfo Bezerra Menezes. Carta do ... aos dignos eleitores do 3º distrito da Corte. Rio de Janeiro. S/ ed., 1881.

⁸ FBN, Joaquim Antonio Fernandes Oliveira. Cartas aos eleitores do 2º distrito da Corte pedindo votos. Rio de Janeiro, s/ editora, 1881.

⁹ *Gazeta de Notícias*, 05/04/1881

¹⁰ *Gazeta de Notícias*, 04/09/1881

¹¹ Em 1879, Arthur Silveira da Motta esteve à frente da Missão à China com o objetivo de atrair imigrantes estrangeiros como mão-de-obra para a lavoura.

¹² *Gazeta de Notícias*, 04/09/1881

¹³ *Gazeta de Notícias*, 05/07/1881

¹⁴ Os liberais não se candidataram à legislatura desse período como protesto à queda do Gabinete Progressista em 1868.

¹⁵ *Gazeta de Notícias*, 09/01/1881

¹⁶ *Gazeta de Notícias*, 25/10/1881

¹⁷ *Gazeta de Notícias*, 25/10/1881

¹⁸ *Gazeta de Notícias*, 30/10/1881

¹⁹ *Gazeta de Notícias*, 30/10/1881

²⁰ FBN, [Luis de Oliveira](#) Bueno. Carta ao corpo eleitoral do 3º distrito da Corte para as eleições de 1881. Rio de Janeiro: [s.ed.](#) 1881.